

Territorialidade e Desenvolvimento Contemporâneo

Izabel Castanha Gil

Doutoranda em Geografia da FCT/UNESP - campus de Presidente Prudente, sob orientação do Professor Bernardo Mançano Fernandes e membro do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária.
Correio eletrônico: izabelgil.adt@uol.com.br

Resumo: O desenvolvimento contemporâneo prescinde de reflexões sobre conceitos, como território e territorialidade, rural e ruralidade, espaço e espacialidade, de modo a superar o significado dicotômico da relação cidade-campo. Produzido espaço-territorialmente pelo exercício do poder de determinados atores sociais, o território inscreve-se num campo de forças e de relações de poder econômico, político e cultural, quase sempre refletindo a hegemonia de grupos privilegiados. A Nova Alta Paulista, localizada no extremo-oeste do Estado de São Paulo, base de análise neste texto, reflete contradições sociais, econômicas, políticas e ambientais, que atestam a sua origem mercantil e pouco comprometida com a socialização de infra-estrutura e de oportunidades. Os municípios, a maioria com menos de 20 mil habitantes, debatem-se por dinamismo multidimensional, porém esbarram em limitações adversas, entre elas a falta de referenciais teórico-metodológicos para análise de sua atual conjuntura, com vistas à refuncionalização, que não deve desconsiderar a sua caracterização rural. A proximidade geográfica entre as pequenas cidades, pouco articuladas até agora, facilita a sua interdependência, através do sistema de tessituras, de nós, e de redes, permitindo maior controle sobre aquilo que pode ser implantado e ou distribuído.

Palavras-chave: Ruralidade, Territorialidade, Desenvolvimento, Conhecimento, Mobilização

Territorialidad y Desarrollo Contemporáneo

Resumen: El desarrollo contemporáneo prescinde reflexiones sobre conceptos, como territorio y territorialidad, rural y ruralidad, espacio y espacialidad, de modo a superar lo significado dicotómico de la relación ciudad-campo. Producido el espacio – territorialmente por el ejercicio del poder de determinados actores sociales, el territorio adentrarse en un campo de fuerzas y de relaciones de poder económico, político y cultural, casi siempre reflejando la hegemonía de grupos privilegiados. La Nova Alta Paulista, ubicada en el extremo oeste del Estado de Sao Paulo, base de analise en este texto, refleje contradicciones sociales, económicas, políticas y ambientales, que atestan su origen mercantil y poco comprometida con la socialización de infraestructura y de oportunidades. Los municipios, en su mayoría con menos de 20 mil habitantes, discuten entre ellos mismos por dinamismo multidimensional, pero esbaran en limitaciones adversas, entre ellas la falta de referenciales teórico-metodológicos para la análisis del actual contexto, con vistas a la refuncionalización, la que no debe desconsiderar su caracterización rural. La proximidad geográfica entre las pequeñas ciudades, poco articuladas hasta hoy, facilita su interdependencia, a través del sistema de tesituras, de nudos y de redes, posibilitando mayor control sobre el que puede ser implantado y o distribuido.

Palabras-clave: Ruralidad – Territorialidad - Desarrollo – Conocimiento - Mobilización.

Revista NERA	Pres. Prudente	Ano 7, n. 4	p. 5-19	jan./jul. 2004
--------------	----------------	-------------	---------	----------------

Introdução

O desenvolvimento contemporâneo é um processo multidimensional, que reflete interação social, econômica, política, cultural e ambiental. A realização da vida humana depende da relação entre pessoas e destas com a natureza. Na sociedade ocidental capitalista, essas relações mostram-se complexas, ordenadas espacialmente em cidade e campo, e estratificadas socialmente em classes sociais.

Considerando que o imperativo da vida independe de ordenamentos e estratificações, faz-se necessário buscar novas formas de organização, com o intuito de propor soluções para problemas elementares, que limitam o dia-a-dia de muitas pessoas.

Propostas bem intencionadas de desenvolvimento, principalmente em pequenas cidades, emperram na execução. Um dos fatores, ainda carente de estudos mais profundos, é a desconsideração de sua caracterização territorial. A hegemonia do urbano mascarou a influência do rural nessas comunidades, fortemente marcadas pela economia e pela cultura do campo.

Mudanças estruturais, que se consolidam na fase hodierna, exigem novas leituras de categorias como rural e ruralidade, território e territorialidade, espaço e espacialidade. Tais interpretações ajudam a compreender o tempo presente e, conseqüentemente, contribuem para a formação de novos referenciais de desenvolvimento contemporâneo. Pretende-se, com isso, identificar elementos teóricos que contribuam para a elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional contemporâneo, centrado na influência dos sujeitos e do tempo presente.

A intenção, neste ensaio, é estimular a reflexão e o debate sobre a caracterização atual do campo brasileiro frente à hegemonia da cidade e como isso interfere na questão do desenvolvimento.

O universo de pesquisa delimitado como referência para observação e coleta de dados é a Nova Alta Paulista, uma sub-região composta por 24 municípios, localizada no extremo Oeste do Estado de São Paulo, que carece de estudos sistematizados para aquecer o seu desenvolvimento econômico e social.

Em busca de um referencial teórico

São notórias as transformações paisagísticas, espaciais, territoriais, econômicas, sociais, ambientais e culturais impressas no campo brasileiro após a consolidação da industrialização como novo paradigma econômico-sócio-político do País, a partir das décadas medianas do século XX. Substituição de culturas alimentícias por lavouras comerciais monocultoras, do trabalho familiar pelo assalariado, das técnicas artesanais pela mecanização, do solo fracionado pela grande propriedade.

Os impactos sociais e ambientais fizeram-se rápidos: esvaziamento populacional do campo, urbanização veloz, metropolização, tensão dos recursos naturais, destacando-se a água e o solo, precarização dos serviços públicos (saúde, educação, segurança, etc.) e da oferta de infra-estrutura, especialmente dos transportes coletivos e saneamento básico.

Extensos canaviais, pastagens, campos de soja, quase sempre despovoados, e o adensamento das aglomerações urbanas constituem-se na nova territorialidade do País. O IBGE registrou, no último censo (2000), o percentual de 78% da população vivendo em cidades.

Apesar do superadensamento das metrópoles, boa parte desta população encontra-se espalhada por milhares de cidades, a maioria delas com menos de 20.000 habitantes. Muitos desses municípios, originalmente, foram constituídos a partir de uma economia assentada na agricultura. Nos dias atuais, não está nesta atividade a maior oferta de empregos, nem no campo o maior número de habitantes.

O paradigma hegemônico da urbanização comandada pelas áreas metropolitanas mostra contradições desconcertantes nas regiões distantes das metrópoles, manifestando-

se em precarização dos serviços públicos essenciais, pouca disponibilidade de avanços tecnológicos e pouca oferta de empregos, caracterizando um descompasso na articulação do tempo, quase sempre resultando em estagnação das economias locais. Tal dinâmica provoca mais saída da população e mais dependência do poder público.

Partimos do pressuposto que a realidade é empreendida por vários sujeitos que interagem no tempo e no espaço, não necessariamente no mesmo ritmo, mesma direção e mesma escala. Interesses múltiplos, recursos adversos, poderes assimétricos, imprimem a pluralidade espacial e territorial que caracteriza a realidade regional. No território materializam-se e interagem esses elementos num determinado momento.

Para Saquet (2003, p. 3), “o território é compreendido como fruto de processos de apropriação e domínio de um espaço, inscrevendo-se num campo de forças, de relações de poder econômico, político e cultural.”

Um território é composto por várias territorialidades. Esta última é uma palavra de espectro de significação intensa. É a totalidade das questões concretas e abstratas, objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, emotivas e perceptivas. Para Soja (2001), territorialidade é composta por três elementos: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço.

Para se compreender o território, é preciso conhecer boa parte das suas territorialidades e estas estão imbricadas na subjetividade dos sujeitos. No caso da Nova Alta Paulista, sub-região em foco neste trabalho, quais motivos fizeram com que os primeiros colonizadores saíssem de suas regiões de origem, desencadeando a produção de um novo espaço? Como se deram as relações de poder na época da constituição dos novos municípios?

Certamente que a motivação para o deslocamento para outra região distante e desprovida de infra-estrutura deveu-se a uma condição de sobrevivência insatisfatória na região de origem ou o aceno de uma possibilidade promissora, já que as terras eram baratas.

As famílias mais capitalizadas compraram grandes glebas de terra explorando-as diretamente ou loteando-as para a venda fracionada e, portanto, mais lucrativa. A maioria dessas famílias colonizadoras, no entanto, dispunham de poucos recursos financeiros, empregando-os na compra de seu pequeno sítio. A exploração era direta e baseada no trabalho familiar, na policultura destinada ao mercado interno, principalmente da capital paulista, que se metropolizava. Forneciam arroz, feijão, milho, amendoim, batata-doce, entre outros produtos. As colheitas de café eram vendidas aos maquinistas, que a comercializavam para exportação. Essa dinâmica imprimiu uma territorialidade desarticulada politicamente naquela região. Neste aspecto, considera-se um forte traço cultural de isolamento das famílias, sem demonstrar preocupação com o associativismo. Desenvolvimento, para eles, constituía-se no atendimento das necessidades básicas e na possibilidade de obter algum excedente, mais com o intuito de evitar privações do que de estender a base coletiva de acesso ao bem-comum.

Para se falar em territorialidade e desenvolvimento, conforme propõe o título deste texto, é preciso, antes, falar em territorialidade. Robert Sack (1986) entende a territorialidade como a tentativa de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área. A territorialidade é fruto das relações econômicas, políticas e culturais, por isso, se apresenta de diferentes formas, imprimindo heterogeneidade espacial, paisagística e cultural. Para ele, territorialidade é uma expressão geográfica do exercício do poder em uma determinada área e esta área é o território.

O território não é produzido de maneira isolada. Ele decorre das articulações estruturais e conjunturais a que esses indivíduos ou grupos sociais estão submetidos numa determinada época, tornando-se, portanto, intimamente ligado ao tempo e ao modo de produção vigente. Este aspecto processual de formação do território constitui a territorialização.

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais, é um dos produtos socioespaciais do movimento das contradições sociais sob a tríade economia, política e cultura (EPC), que determina as diferentes territorialidades no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e as re-territorialidades. A perda e a constituição de um novo território nasce no seio da própria territorialização e do próprio território. Contraditoriamente, a des-re-territorialização é composta por processos socioespaciais concomitantes e complementares. (SAQUET, 2003)

É nesse contexto que se pode falar de rural, ruralidade e ruralização. A sociedade hoje funciona de maneira sintagmática por excelência. A articulação das pessoas e dos processos produtivos em redes formais e informais, institucionais e não institucionais, a partir da complexidade tecnológica e do estágio atual do capitalismo, descaracterizou a relação cidade/campo cristalizada até a consolidação do processo industrial.

Campo e cidade tinham funções definidas e diferenciadas, constituindo a chamada divisão territorial do trabalho. Tais funções materializavam-se espacialmente, imprimindo fisionomias próprias a cada um dos dois pólos. A conexão entre eles era feita principalmente pela rede de transporte. Dessa forma, ficavam claramente demarcados os espaços da produção, da circulação e do consumo.

A organização espacial das cidades da Nova Alta Paulista materializava essa relação: as máquinas de benefício de café e cereais eram instaladas nas bordas da cidade, próximas aos principais eixos que davam acesso à zona rural. No centro, localizavam-se os estabelecimentos comerciais e bancários. O estoque das lojas e mercados moldava-se às necessidades de consumo dos agricultores e de suas famílias.

O espaço rural era o lócus da produção agrícola e pecuária por excelência; o solo constituía-se no principal meio de produção; o modo de vida reproduzia esta realidade, sendo muito distinta a cultura rural. As festas manifestavam a satisfação da colheita farta, o calendário agrícola mantinha relação estreita com o calendário religioso (principalmente em países de colonização católica), o linguajar demonstrava a influência regional, só para citar alguns exemplos.

Rural, portanto, dizia respeito àquilo que estava ligado ao movimento, que tinha como eixo fundamental as atividades ligadas à terra, à natureza. O lugar onde essa movimentação ocorria era basicamente o campo. A ruralidade referia-se às relações entre pessoas e grupos sociais, geralmente pequenos e também de pequena complexidade, que se estabeleciam no espaço rural. Assim as festas típicas de uma região produtora de milho mantinham especificidades diferentes das festas realizadas em regiões onde a pecuária extensiva de corte era predominante. As ruralidades são responsáveis pelos diferentes tipos de música, dança, culinária, crenças, lendas, artesanato, arquitetura, etc. Na Nova Alta Paulista destacou-se forte influência italiana, com grande parte dos colonizadores sendo já de segunda geração: a horta, o pomar, o chiqueirão de porcos, as vacas de leite... Esta organização produtiva supria o consumo das famílias, sendo de pequena expressão o abastecimento dos mercados local e regional.

A expansão da rede elétrica e de comunicação, a pavimentação asfáltica facilitando os deslocamentos e encurtando o tempo de separação dos dois pólos – cidade e campo -, a introdução de técnicas, tecnologias e equipamentos altamente cientificizados e os novos hábitos e necessidades da cidade, alteraram essa relação, embaralhando o conceito de relação cidade/campo.

O rural, hoje, pode apresentar-se na cidade e o urbano no campo. Por exemplo: um pescueiro, uma horta ou um pomar instalados fora da cidade, onde as pessoas pescam, colhem, ou apanham a fruta para depois pesar e pagar, dão a sensação de contato direto com a natureza. No entanto, quem os pratica não participou de todo o ciclo natural de reprodução e crescimento dos animais e plantas. Até mesmo quem os produziu para comercialização pode ter se valido de recursos artificiais para encurtar o tempo normal. Trata-se, portanto, de uma atividade majoritariamente comercial e não organicamente ligada

à terra como a concebíamos anteriormente. Da mesma forma, no campo, mesmo que distante da cidade, é cada vez mais recorrente o fato de o mesmo estar conectado ao sistema mundo através da energia elétrica e das telecomunicações. Tais recursos, no entanto, até algum tempo atrás, eram mais compatíveis com a caracterização urbana.

As ruralidades são cada vez mais homogêneas e as heterogeneidades, engendradas pela própria homogeneização, são cada vez mais contraditórias. É possível apontar essas contradições de maneira sintética: aqueles que têm acesso à terra e aos recursos que “urbanizaram” o campo e aqueles que não têm. Em outras palavras: aqueles que superaram a dicotomia cidade/campo e aqueles que não estão inclusos nem no paradigma anterior. O que é o rural hoje? Como se apresenta?

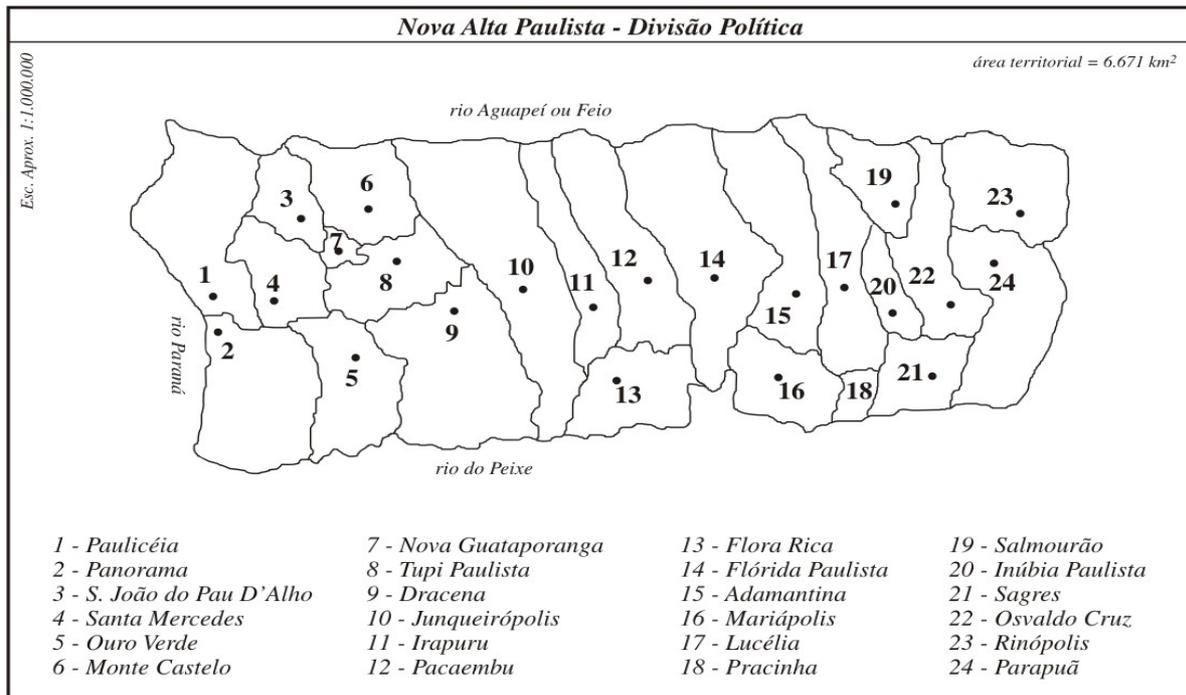
Tais contradições engendram os conflitos sociais, presentes tanto na cidade quanto no campo. Ambos, hoje, se apresentam como lócus da contradição gerada pela concentração e pelas desigualdades. A posse da terra está no centro dessa questão. Como exemplos recorrentes podemos citar os movimentos dos sem-teto, especialmente nas grandes cidades, e dos sem-terra, espalhados por todo o País.

Além dos conflitos, as contradições agem como inibidoras do desenvolvimento econômico e social local e regional. A reconceitualização das categorias território, rural, espaço, e suas derivações, sob as influências dos movimentos imbricados no tempo atual, é condição importante para a visualização do desenvolvimento que se deseja. A cidade consome o que o campo produz, mas é ela quem define o quê, como, quem, quando e quanto produzir. As máquinas, implementos, insumos e até sementes, são produzidos na cidade. A paisagem do campo alterou-se profundamente, assim como as relações de trabalho. Grande parte dos proprietários, mesmo que pequenos, residem na cidade e o trabalhador, agora também urbano, realiza trabalho assalariado. Como consequência, a cultura também mudou, refletindo-se na música, na vestimenta, nos hábitos alimentares, de consumo e de lazer, por exemplo. O consumo crescente da cidade, o abastecimento de matérias-primas para as indústrias e para a exportação alteraram a paisagem rural, a demografia, e a estrutura fundiária: concentração de terras e esvaziamento da população.

A Nova Alta Paulista como espaço (des)articulado – a lógica de (in)definição regional

O foco deste ensaio centra-se no estudo das regiões menos dinâmicas, que passam por uma refuncionalização da sua economia e organização social, principalmente deixando de ser demograficamente rural (segundo os critérios do IBGE), familiar e policultora para uma mescla de monocultura, empobrecimento do pequeno agricultor, e “depósito” de “desocupados” nas cidades, ainda que pequenas.





A base empírica do trabalho toma como referência a Nova Alta Paulista, que se constitui numa porção do Estado de São Paulo constituída por 24 municípios, localizada no extremo Oeste paulista, delimitada a Oeste pelo rio Paraná, ao Sul, pelo rio do Peixe, ao Norte, pelo rio Aguapeí, e a Leste pelos municípios de Iacri e Bastos.

Entre os problemas mais evidentes da região, aos quais está exposta a maior parte da população, destacam-se o desemprego, especialmente entre os jovens, a pauperização que acomete a maior parte dos pequenos agricultores, a degradação do solo, o assoreamento dos rios e córregos, a estagnação do comércio e, mais recentemente, o aumento do tráfico de drogas e da violência.

Como profissionais da educação, há vários anos convivendo com estudantes do ensino médio e superior, constantemente nos deparamos com jovens que precisam interromper seus estudos porque a família não tem como sustentá-los, ao mesmo tempo em que batalham por um emprego, sem consegui-lo, ou desprendem toda a sua força de trabalho em jornadas incompatíveis com as exigências escolares. A sobrevivência imediata é mais imperiosa que o estudo. O diploma torna-se um luxo e a "opção" está sumariamente definida.

O meio ambiente também sofre os seus percalços. O solo, há poucas décadas coberto pela mata densa e por uma camada húmifera de cerca de meio metro, apresenta-se depauperado, cuja camada orgânica limita-se a cerca de dois centímetros (BASSO, 2000). A produção agrícola, cada vez mais, necessita de volumosas aplicações de adubos químicos, elevando os custos de produção. Tais investimentos tornam-se onerosos para o pequeno produtor rural, espremido pelos monopólios que mantêm elevados os custos de produção e as agroindústrias que rebaixam os preços de suas colheitas e criações.

Não bastassem a erosão e o assoreamento, muitos córregos estão comprometidos com o despejo *in natura* de esgotos domésticos e urbanos. Os peixes escassearam-se e o uso da água para irrigação ou para abastecimento de animais é impróprio. Há poluição das águas superficiais, mesmo longe das metrópoles.

Uma das contradições ressalta-se quando se observam os principais agentes poluidores destas águas. Não são indústrias, que, à custa do sacrifício da natureza, geram tributos e oferecem empregos, mas as prefeituras que são responsáveis pelo saneamento, ou a SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), uma empresa estatal de economia mista. Em síntese: o poder público, responsável institucional pelo zelo do bem comum, põe em risco a saúde do cidadão.

Já não se pode desfrutar da decantada tranquilidade do interior, quando, nas noites abafadas de verão, se podia dormir com as janelas abertas. Os jornais locais estampam matérias que comprovam o aumento de furtos e roubos e agressões à mão armada.

Pela SP-294, a principal rodovia que cruza a Nova Alta Paulista, vê-se o trânsito nervoso de viaturas da polícia civil. Não se trata do aumento efetivo de policiais para intensificar a segurança dos cidadãos. São procedimentos inerentes aos presídios recém-construídos ao longo deste eixo rodoviário.

Entre 1999 e 2003, mais de dez mil novos “moradores” instalaram-se na região, distribuídos em sete presídios, num raio de apenas sessenta e cinco quilômetros. Outros três estão em vias de construção. Trata-se da mais recente resposta do governo estadual para os prefeitos que reivindicam fomento para a geração de novos empregos.

Ouvindo pessoas que atuam em atividades filantrópicas, percebe-se certa sobrecarga em suas atitudes solidárias de voluntários. A lista de necessitados não pára de crescer: são remédios, roupas, calçados, agasalhos, alimentos... Não bastassem as necessidades materiais imediatas, a descompensação psicológica merece especial atenção. Houve significativo aumento do alcoolismo, das agressões à criança e à mulher (Delegacia da Mulher de Adamantina, 2002), da prostituição, da delinquência juvenil e, mais recentemente, da droga.

Três cidades – Panorama, Dracena e Adamantina – mantêm casas de recuperação de dependentes químicos, que se sustentam graças ao trabalho voluntário da comunidade. O grupo de apoio “Amor Exigente” não consegue atender a demanda e os reclames dos pais. A DISE (Delegacia de Entorpecentes) atua ostensivamente na prevenção e na repressão do tráfico de drogas. Professores, principalmente de escolas públicas, reclamam da indisciplina em sala de aula e das manifestações de marginalidade ocorridas, com frequência, nas imediações e mesmo no interior da escola. Não é difícil compreender o aumento fenomênico das igrejas evangélicas e pentecostais e do movimento reacionário da igreja católica, ao lado dos descrentes e deprimidos.

O extremo-oeste do Estado de São Paulo: noções de tempo e espaço

A Nova Alta Paulista foi a última porção do território paulista a ser ocupada, fato ocorrido entre o final da década de 1930 e durante as décadas de 1940 e 1950, com a expansão da cafeicultura e da ferrovia, cuja empresa concessionária era a Companhia Paulista de Estrada de Ferro (CPEF).

Esta expansão adentrou o território paulista de forma perpendicular ao litoral, influenciando a sub-divisão do Estado em regiões que ganharam o nome das ferrovias – Alta Sorocabana, Alta Paulista, Alta Noroeste, Alta Araraquarense, e Alta Mogiana. A designação “alta” referia-se à distância da capital (FIGUEIROA, 1988). As ferrovias foram construídas nos espigões divisores, direcionando a construção das cidades nos platôs interfluviais do Planalto Ocidental Paulista, distanciando-as dos vales.

Algumas dessas cidades foram transformando-se em pólos regionais, atraindo, posteriormente, infra-estrutura oficial voltada aos serviços públicos essenciais, como hospitais regionais, campus universitários, departamentos regionais de agricultura, educação, segurança pública, entre outros. Como exemplo, podemos citar as cidades de Presidente Prudente, Araçatuba, Marília, Bauru, São José do Rio Preto, e outras.

O negócio das terras foi tornando-se lucrativo com a venda a varejo de pequenas glebas, realizadas pelas várias empresas imobiliárias que se instalaram especialmente em Marília, Pompéia, e Oriente. As pessoas interessadas eram, em maior número, imigrantes italianos de segunda geração, provenientes das antigas áreas cafeeiras do centro e do norte do Estado, e de famílias japonesas, também de segunda geração. Mais tarde, já nas décadas de 1960 e 1970, centenas de milhares de migrantes nordestinos também chegaram à região, indo trabalhar como meeiros, arrendatários, e, mais tarde, como trabalhadores diaristas.

As cidades que compõem a Nova Alta Paulista são anteriores à ferrovia. Sabia-se, previamente, do traçado da mesma acompanhando a linha do espigão divisor Peixe-Aguapeí e este fato servia de motivação para a valorização das terras. Assim, essas terras deveriam dar lucros antes da colheita (SPOSITO, 1996, p. 71), caracterizando um empreendimento comercial, e não uma experiência de colonização.

A maior parte dos novos proprietários rurais era constituída de ex-colonos das antigas fazendas de café, contando, portanto, com poucos recursos financeiros, tecnológicos e técnicos. A distância dos centros maiores e a ausência ou precariedade de infra-estrutura como hospitais, escolas, rede bancária, energia elétrica, rede de transporte, influenciavam o valor das terras em relação às propriedades de alto valor agregado nas regiões cafeeiras.

Assim, essas famílias dispunham de dinheiro para comprar uma pequena gleba, contribuindo para que a estrutura fundiária destes municípios fosse constituída, basicamente, por pequenas e médias propriedades rurais. A precariedade dos transportes e o baixo poder aquisitivo dos agricultores dificultavam o deslocamento dos mesmos até as cidades, onde vendiam as suas colheitas e se abasteciam de produtos manufaturados. Tal fato contribuiu para que os vendedores de lotes usassem a vinda da ferrovia como mote para a projeção de novas cidades. Assim, elas foram surgindo no espigão, próximas aos marcos da ferrovia, distando poucos quilômetros uma da outra, pulverizando a rede urbana e configurando a especificidade desta porção regional (FRESCA, 1990). A Nova Alta Paulista possui 6.671 km² divididos em vinte e quatro municípios. O mais populoso é Dracena, com 40.500 habitantes, e o menos populoso é Pracinha, com 1.431 habitantes.

QUADRO DEMOGRÁFICO DOS MUNICÍPIOS DA NOVA ALTA PAULISTA (IBGE – Censo 2000)

CIDADE	ÁREA TERRITORIAL (km ²)	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	DENSIDADE DEMOGRÁFICA (hab/km ²)
Adamantina	412	33.470	30.342	3.128	81,20
Dracena	488	40.500	37.153	3.347	82,99
Flora Rica	225	2.177	1.568	609	9,68
Flórida Pta.	525	11.106	8.982	2.124	21,15
Inúbia Pta.	87	3.318	2.764	554	38,14
Irapuru	213	7.457	5.629	1.828	35,01
Junqueirópolis	583	17.005	13.420	3.585	29,17
Lucélia	314	18.316	15.698	2.618	58,33
Mariópolis	186	3.854	2.803	1.051	20,72
Monte Castelo	233	4.089	3.004	1.085	17,55
Nova Guata-Poranga	34	2.087	1.728	359	61,38
Oswaldo Cruz	248	29.648	26.141	3.507	119,55
Ouro Verde	243	7.148	6.345	803	29,41
Pacaembu	340	12.518	9.497	3.021	36,82
Panorama	353	13.649	12.665	984	38,67
Parapuã	365	11.104	8.494	2.610	30,42
Paulicéia	375	5.302	3.934	1.368	14,14
Pracinha	63	1.431	1.186	245	22,71
Rinópolis	359	10.255	7.948	2.307	28,57
Sagres	149	2.439	1.578	861	16,37
Salmourão	173	4.401	3.561	840	25,44
Sta Mercedes	167	2.803	2.231	572	16,75
São João do Pau D'Alho	118	2.180	1.611	569	18,47
Tupi Paulista	245	13.286	10.877	2.409	54,23
TOTAL	6.671	259.543	219.159	40.384	40 (média)
POP. UR. e RURAL (%)		100,00	84,44	15,56	

Com a instalação das indústrias automobilísticas, a matriz dos transportes de carga passou para o sistema rodoviário, com reflexo direto sobre os fluxos das regiões interioranas. Os eixos rodoviários estenderam-se para as diversas direções do território paulista, acabando por desativar as ferrovias.

A Nova Alta Paulista, durante a fase ferroviária (década de 1940), teve seu crescimento limitado pela legislação federal da época, que proibia a expansão de ferrovias estaduais para além da fronteira geográfica do Estado onde se localizavam. Ao contrário da Rede Férrea Federal Noroeste do Brasil (que se expandiu para Mato Grosso, atingindo Campo Grande e Corumbá, adentrando a Bolívia), o fim da linha da Companhia Paulista de Estrada de Ferro era Panorama, na margem esquerda do rio Paraná, no extremo oeste do Estado de São Paulo.

Inviabilizou-se, desta maneira, a formação de um fluxo comercial entre a Nova Alta Paulista e o Sudeste do então Estado de Mato Grosso. Em linha reta, a distância entre Dracena e São Paulo (capital) é de 600 quilômetros; entre Dracena e Campo Grande, é de 500 quilômetros. Bloqueou-se um maior dinamismo no lado paulista e também no lado matogrossense, favorecendo o desenvolvimento de Três Lagoas (hoje MS) e Araçatuba (SP), na linha Noroeste, e de Presidente Prudente e Presidente Epitácio, na linha da Sorocabana.

Durante décadas, lideranças da micro-região de Dracena, especialmente, reivindicaram a construção de uma ponte sobre o rio Paraná, ligando os dois estados, mesmo que por via rodoviária. Em 2001, com o represamento do rio para a formação do lago artificial da Usina Hidrelétrica Ministro Sérgio Motta, localizada em Rosana (SP), finalmente a ponte começou a ser construída entre Paulicéia (do lado paulista) e Brasilândia (do lado sul-matogrossense). Após várias paralisações, a construção foi reiniciada em compasso lento. O ideal de integração entre os dois estados, através da rodovia SP-294, que atravessa a Nova Alta Paulista, continua em compasso de espera. Falta, também, um estudo de impacto regional nos dois estados, quando o transporte tornar ininterrupta a comunicação.

Por causa da disposição da ferrovia (sentido leste-oeste), passando por Marília, a Nova Alta Paulista configurou-se espacialmente como uma extensão linear da Alta Paulista, tornando-se “natural” a sua vinculação àquela cidade. A desativação da ferrovia, no entanto, revelou que essa regionalização não estava, de fato, consolidada. A localização geográfica da Nova Alta Paulista e das três capitais regionais – Marília, Presidente Prudente e Araçatuba -, bem como a distribuição espacial dos departamentos públicos, pulverizaram a atração de Marília e criaram uma outra dinâmica.

O distanciamento geográfico de Marília e a desarticulação do vínculo anterior, por via férrea, facilitaram uma polarização lateral. Presidente Prudente, ao Sul, e Araçatuba, ao Norte, com ênfase para Presidente Prudente no comércio, educação e entretenimento, além de outros departamentos das Secretarias Estaduais de Governo. Em meados de 1990, o governo estadual anexou a Nova Alta Paulista à 10ª Região Administrativa, com sede em Presidente Prudente.

Mesmo assim, em relação aos órgãos públicos, as Santas Casas e Postos de Saúde de alguns municípios da Nova Alta Paulista têm convênio com o SUS de Presidente Prudente, outros com Marília. Presidente Prudente exerce jurisdição sobre esta região na agricultura, através da DIRA (Divisão Regional Agrícola); na fiscalização das contas municipais, através de sede regional do Tribunal de Contas; na fiscalização ambiental, através da CETESB; na Assistência Social; na segurança pública, através de escritório seccional de polícia, para citar alguns. Durante a fase em que a telefonia era gerida pelo Estado, a rede de comunicação local estava vinculada à central de Araçatuba.

Até 1998, antes da reestruturação da rede pública de educação, havia três delegacias de ensino na Nova Alta Paulista – Osvaldo Cruz, Adamantina e Dracena -, vinculadas à Divisão Regional de Presidente Prudente (DRE). Atualmente, Adamantina, através da reestruturação do sistema de gestão da rede escolar, transformou-se em Diretoria Regional de Ensino, centralizando a jurisdição que se estende desde Osvaldo Cruz

até Panorama. Parapuã e Rinópolis passaram para a jurisdição da Diretoria Regional de Ensino de Marília.

Até 1995, a Secretaria de Planejamento zoneava o Estado em sub-regiões de governo. Assim, existiam Escritórios Regionais de Planejamento em Osvaldo Cruz, Adamantina e Dracena, que polarizam os municípios vizinhos. Após esta data, os escritórios foram extintos e as três sub-regiões ficaram vinculadas à regional de Presidente Prudente.

Na Secretaria de Estado de Esporte e Turismo, há um zoneamento do Estado em roteiros turísticos. Parte dos municípios da Nova Alta Paulista (Panorama e Paulicéia) compõem o Roteiro dos Grandes Lagos – Região de Andradina, os demais, compõem o Roteiro Agrícola – Região de Marília.

Como se pode observar, há um “contorcionismo” dos municípios e da população da Nova Alta Paulista “esticando-se” ora para Marília, ora para Araçatuba, ora para Presidente Prudente, esta com maior poder de atração.

A denominação Nova Alta Paulista foi dada pela população local, devido à ocupação posterior à de Marília. Naquela região, a ocupação ocorreu entre as décadas de 1910 e 1920; no extremo oeste, no final da década de 1930, e, principalmente nas décadas de 1940 e 1950. As divisas territoriais também expressam esta indefinição, principalmente a leste, onde há contigüidade de municípios. Ao norte, ao sul, e a oeste, as divisas são demarcadas por rios – Aguapeí, do Peixe, e Paraná, respectivamente. A leste, para alguns, a divisa entre a Alta Paulista e a Nova Alta Paulista estaria nos limites municipais entre Rinópolis e Parapuã (a oeste, inclusos), com Iacri e Bastos (a leste, já pertencentes à Alta Paulista de Marília).

Nos aspectos políticos, a Nova Alta Paulista também evidencia certa “orfandade”, especialmente em relação aos representantes parlamentares na Assembléia Legislativa Estadual e na Câmara Federal. Apesar de várias tentativas, a população nunca elegeu um representante vinculado diretamente a ela. Assim, em épocas de eleição para parlamentares, a região transforma-se em área de “pesca de votos”. Os candidatos vêm, geralmente, das três regiões polarizadoras vizinhas. Outros, dos grandes partidos políticos, geralmente da situação, são dos grandes centros, especialmente da capital. Muitos deles são vinculados às secretarias de estado e atuam nas transações das prefeituras junto ao executivo estadual, resultando em liberação de verbas destinadas a infra-estrutura urbana, reformas de estabelecimentos de ensino ou de hospitais, aquisição de máquinas agrícolas, pavimentação e recapeamento de estradas vicinais ou mesmo da rodovia principal, equipamentos hospitalares, saneamento básico, etc.

A estratégia mais comum desses parlamentares costuma ser ações no varejo, liberando verbas insignificantes no montante do orçamento do Estado, porém suficientes para o trabalho permanente de marketing e subjugação política. Tais parlamentares costumam gerar alguns empregos estratégicos na região, mantendo, inclusive, escritórios regionais, remunerando cabos eleitorais que fazem a mediação entre as reivindicações locais e as esferas superiores.

Quando se trata de questões mais estruturais, como a construção da ponte sobre o rio Paraná, ou a instalação e aparelhamento de um centro tecnológico, tais parlamentares estão organicamente comprometidos com as suas regiões de origem. Em situações-limite, a Nova Alta Paulista depara-se com a sua real condição: está abandonada à própria sorte.

Em relação às forças e agentes internos e externos que atuam emperrando o desenvolvimento regional, podemos tecer alguns comentários. A partir da década de 1980, com a expansão do Pró-Álcool, cinco destilarias instalaram-se num raio de setenta quilômetros. Tal atividade provocou profundas mudanças nas relações de trabalho, na estrutura fundiária, nas formas de exploração da terra, e no valor comercial dessas terras.

Durante a fase da cafeicultura e da policultura, predominavam as pequenas propriedades rurais com exploração familiar direta. A decadência do setor cafeeiro provocou a substituição das lavouras de café e de cereais para alimentação por pastagens (pecuária bovina de corte, especialmente) e por canaviais.

As famílias migraram para os centros industriais, principalmente São Paulo, Campinas, Americana, Limeira e Jundiaí. Outras venderam suas terras para os usineiros e

pecuaristas e migraram para o Centro-Oeste ou para as bordas da Amazônia. Outros, com menor poder aquisitivo, e com menor qualificação profissional, instalaram-se nas próprias cidades da região, tornando-se trabalhadores volantes (bóias-frias) nos canaviais e em outras culturas de expressão menor.

A introdução das pastagens e, principalmente da canavicultura mecanizada, provocou significativa concentração fundiária e valorização das terras, inviabilizando, ainda mais, a pequena agricultura. O quadro demográfico anteriormente apresentado atesta a urbanização da população regional em mais de 80%, sendo que essas cidades não têm como absorver tamanho contingente de mão-de-obra disponível.

Atualmente, as lavouras de cana-de-açúcar (embora temporariamente), os presídios, e as prefeituras, são os maiores geradores de emprego, já que o comércio varejista e os pequenos empreendimentos diversificados vêm retraindo seu quadro de funcionários.

Observam-se, também, a instalação de algumas novas indústrias, principalmente no ramo de confecção, através do sistema de terceirização, típicas da nova fase de produção industrial flexível. Tais iniciativas concretizam espacialmente a denominada involução metropolitana. (SANTOS, 2001, p. 32).

A AMNAP (Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista), desde sua criação, no início dos anos 90, não ultrapassa as limitações de uma política populista pouco comprometida com os interesses coletivos. Os esboços de planos de desenvolvimento regional não apresentavam consistência e continuidade; o que se destacavam eram as disputas pelas sedes das três micro-regiões Dracena, Adamantina e Osvaldo Cruz, por investimentos, principalmente em serviços públicos subvencionados pelo Estado. Nos últimos anos, percebe-se maior e melhor articulação entre os governantes municipais, com a entrada de prefeitos mais comprometidos com as causas regionais.

Há mais de três décadas, existem quatro institutos isolados de ensino superior, voltados originalmente às licenciaturas. Apesar da significativa diversificação atual de cursos, inclusive da área tecnológica, mas nenhum dos quatro campus mantém a prática de estudos regionais.

Dracena e Adamantina sediam duas escolas técnicas agrícolas estaduais (vinculadas ao CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza), sem iniciativas que apontam para uma identificação orgânica com as questões agrárias da região. Em 2003, foi instalado um campus da UNESP em Dracena, com o curso de zootecnia, porém ainda é prematuro falar de sua influência.

Adamantina sedia uma estação experimental agrícola, mantida pelo governo estadual. Apesar de algumas iniciativas, criando dias de campo com certa regularidade, o trabalho de extensão mantém-se tímido e pouco expressivo.

São muito freqüentes as ações filantrópicas voluntárias, vinculadas especialmente à igreja católica e à comunidade espírita, além de outros grupos como Rede Feminina de Combate ao Câncer, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Clubes de Serviço como Rotary Club, Interact Club, Lyons Club, Maçonaria, Grupo de Apoio Amor Exigente, Associação dos Alcoólicos Anônimos, entre outros de abrangência local.

Tais iniciativas têm extraordinário valor social no atendimento a necessidades emergenciais, principalmente nos últimos anos, quando o direcionamento neoliberal das políticas centrais desamparou os cidadãos. Apesar de seu mérito, no entanto, não têm caráter transformador, uma vez que permanecem intocáveis as estruturas que desencadeiam as desigualdades.

Em relação à capacidade de os atuais incrementos econômicos, tecnológicos, intelectuais e políticos de alavancar o desenvolvimento que se deseja para esta “região”, consideramos que eles são suficientes para empreender-lhe maior dinamismo. É preciso que se encontre o “fio da meada” e, neste sentido, o papel da teoria é de fundamental importância. O que leva grande número de pessoas a morar por tanto tempo nesta “região”?

Observam-se empreendimentos econômicos muito bem sucedidos, tanto no campo, quanto nas atividades urbanas, ao lado de outros (a maioria) com sérios problemas para continuarem existindo. Observam-se, também, pessoas de considerável formação profissional e cultural imbuídas de boa vontade em busca de alternativas mais profícuas. Há

grupos e também iniciativas isoladas com ideais voltados à preservação ambiental, às iniciativas filantrópicas, à modernização das práticas produtivas, mas todas de resultados relativos, pois parecem não atingir o âmago da questão a que se propõem. Tais desencontros devem-se a agentes internos ou externos à região?

Faltam elementos teórico-metodológicos para análise regional, que aclarem diagnósticos mais precisos para subsidiar os planos regionais de desenvolvimento. Faltam também articulações multidisciplinares e multissetoriais para a viabilização dos planos. A geografia pode dar a sua contribuição, oferecendo elementos que possibilitem a reflexão sobre a constituição territorial regional em suas múltiplas dimensões: social, cultural, econômica, geográfica, ambiental, e política, entre outras.

O desenvolvimento da Nova Alta Paulista passa pela necessidade de (re)definição conceitual, uma vez que tanto o campo quanto as cidades passam por um processo de refuncionalização. Esta sub-região constitui-se num típico exemplo de recriação do campesinado (OLIVEIRA, 1991) como unidade dialética da subordinação da agricultura ao capital. A agricultura, sob o modo capitalista de produção subordina as relações de trabalho no campo, fazendo com que a pequena agricultura se coloque entre duas poderosas forças hegemônicas: de um lado, a indústria de máquinas, equipamentos, insumos e sementes, nivelando os preços de acordo com a circulação mundializada desses produtos; de outro, a agroindústria rebaixando os preços de acordo com a concorrência do mercado de consumo. A renda da terra, portanto, subordina-se a essas forças e o pequeno agricultor, em desigualdade de forças, acaba sucumbindo aos grandes proprietários, detentores do capital, o que leva à concentração fundiária, monocultura e expropriação.

Os anos de 1990 consolidaram mudanças nas relações cidade-campo, quando a modernização da agricultura e as relações comerciais urbanizadas e mundializadas, associadas às políticas públicas internas deste período começaram a desenhar um novo paradigma no campo, suscitando novas territorialidades e ruralidades. O termo agricultura familiar ganhou status de conceito e este logo se expandiu, ou porque soa como algo simpático, já que contempla a unidade familiar, ou porque passou a ser associado a uma evolução do camponês, tido como sinônimo de arcaísmo e pobreza, em agricultor integrado ao mercado, portanto, à modernização.

Um caloroso debate teórico começa a ganhar corpo: campesinato ou agricultura familiar? Apesar das divergências, intelectuais de diferentes inclinações concordam em pontos fundamentais. Ricardo Abramovay (1999) afirma que “o desenvolvimento rural deve ser concebido num quadro territorial, muito mais que setorial: nosso desafio será cada vez menos como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, como criar as condições para que uma população valorize um certo território num conjunto variado de atividades e de mercados”.

Bernardo Mançano Fernandes (2003) diz que “o espaço da luta e da resistência - para que os camponeses continuem sendo produtores familiares – não está na integração ao mercado, mas sim na luta política contra o capital.”

O primeiro, defensor do conceito de agricultura familiar, refere-se àqueles agricultores que já estão na terra e que, por razões intrínsecas às contradições de um sistema econômico, precisam de incorporação de novas tecnologias, integração ao mercado, e do papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas, não conseguem manter a sua própria identidade como produtores rurais, ficando, portanto, excluídos do desenvolvimento que se pretende. Para Abramovay (1999),

O padrão de crescimento urbano que o Brasil vem experimentando nos últimos quinze anos pode tornar-se um trunfo para a revitalização de seu meio rural. As políticas voltadas para o fortalecimento e para a criação de novas unidades familiares no meio rural terão tanto mais sucesso quanto mais importantes forem as oportunidades de intensificação de suas ligações dinâmicas e diversificadas com as cidades.

O segundo refere-se principalmente aos despossuídos de qualquer meio de produção – os trabalhadores rurais sem-terra. Para Fernandes (2003), defensor do conceito de camponato,

No capitalismo, a destruição do sistema camponês não se efetivou conforme o prognosticado por Lênin e Kaustsky no final do século XIX, nem pelos teóricos da agricultura familiar, no final do século XX, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária.

Ambos concordam que o acesso à terra é condição *sine qua non* para que o cidadão tenha a oportunidade e a liberdade de escolha (Sem, 2004), mas que isto não basta para que possam vencer a pobreza. O acesso à terra deve ser acompanhado de um conjunto de condições que permitam essas transformações, quais sejam, a alteração de ambientes institucionais locais e regionais que permitam a revelação dos potenciais de cada território e como eles podem participar do processo de desenvolvimento.

Agricultura familiar e camponato, portanto, são conceitos em fase de (re)construção. A sua cunhagem depende fundamentalmente da mobilização e das lutas do segmento em foco: os pequenos agricultores e os despossuídos que reivindicam o acesso e a permanência na terra.

Considerações finais

Compreendemos desenvolvimento local como intersecção de energia, informação, e ações empreendidas pela sociedade civil, nos seus diferentes segmentos, e pelo Estado, tendo como foco o bem-comum. Amartya Sen (2004) afirma que “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de agente”. Para que haja sinergia entre os sujeitos, o diálogo maduro e propositivo é uma condição apriorística. É preciso que haja semelhança de conceitos, definição de objetivos, metas e funções, e, principalmente, estabelecimento de responsabilidades.

As ações devem emanar do consenso dos grupos envolvidos. O levantamento de informações que caracterizam o universo em destaque deve contemplar a formação econômico-social e histórica da região. Os tempos recentes imprimiram mudanças profundas, que carecem de atenção. O momento carece de razão e sensibilidade para detectar onde, por quem, por que, e de que maneira, o novo está superando ou já superou o velho. A sobreposição dos tempos e suas implicações na vida cotidiana das pessoas devem ser a questão central ao se estudar o desenvolvimento contemporâneo.

A configuração espacial da região, fracionada em pequenos municípios, a maioria deles com menos de 20.000 habitantes, com infra-estrutura urbana insuficiente para o atendimento básico das necessidades dos cidadãos, já dá pistas para um plano de desenvolvimento mais voltado para o bem-comum. A economia assentada nas atividades agrárias não é suficiente para explicar a organização econômica e social de uma região.

Raffestin (1988, p. 150-1) faz referência à distância como fator de interação entre os diferentes locais. Para ele, “os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos, que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade”.

Tal análise indica que o território resulta de um sistema de malhas, de nós e de redes que se imprimem no espaço, encerrando uma diferenciação funcional e uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, “que contribuem para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações” (idem). A primeira articulação a ser feita deve ser entre o rural e o urbano, superando a dicotomia ideológica

entre os dois pólos, uma vez que, funcionalmente, ela não existe. Campo e cidade são opostos que se completam.

O fortalecimento das redes dá-se também como decorrência da proximidade geográfica entre as cidades. Na região em estudo, ocorre pouca articulação inter-municipal nos setores básicos, como saúde, educação e cooperação técnica. A intensificação dessas redes pode imprimir um novo sistema em que as tessituras, nós e redes sejam mais interdependentes, permitindo maior controle sobre aquilo que pode ser distribuído.

O desenvolvimento de regiões com menor dinamismo econômico e social requer esforços no sentido de se identificar a contribuição que um novo rural possa dar para a sua própria transformação e para a transformação da sociedade. Se são regiões subordinadas a outras, com fortes influências urbanas, há que se estabelecer prioridades e isto passa pelo acesso à informação para que seus habitantes se contextualizem criticamente no mundo.

Mesmo o Estado já percebeu, e estimula, a mobilização como condição para o desenvolvimento. Mais uma vez o conhecimento e a mobilização são condições basilares, neste caso, para que o caráter regulador do Estado não iniba o potencial criativo que o processo de aquisição de autonomia poderia despertar. O desenvolvimento contemporâneo passa pela oferta de serviços públicos condizentes com a necessidade dos(as) cidadãos(ãs), disponibilidade de infra-estrutura de boa qualidade, sustentabilidade ambiental, distribuição equitativa de renda e inclusão social, articulação espacial entre as localidades (adensamento do sistema de redes), enfim, é preciso que haja sinergia entre sociedade e Estado. Passa também pela (re)definição, no caso da região em estudo, do conceito de agricultura familiar e campesinato, já que a economia regional ainda se assenta na produção agrícola e a estrutura fundiária permanece assentada na pequena propriedade.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Texto para discussão nº 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

_____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 nºs 1, 2, 3 e 29, nº 1 – jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

_____. Paradigma do capitalismo agrário em questão. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Hucitec – ANPOCS – Ed. Unicamp, 1992.

FERNANDES, Bernardo M. Espaços agrários e inclusão social: novas configurações do campo brasileiro. Revista Currículo sem fronteiras, v. 3, nº 1, pp. 11-27, jan/jun 2003.

FRESCA, Tânia M. A dinâmica funcional urbana do Oeste Paulista. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 1992.

MELLO, Jayro (org.). Região, cidade e poder. Presidente Prudente: FCT/UNESP – GAsPERR, 1996.

MOURÃO, Paulo F. Cirino. A industrialização do Oeste paulista: o caso de Marília. Tese de mestrado. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1994.

LEFEBVRE, Henri. Lógica formal e lógica dialética. 6ª ed. Trad. de Carlos N. Coutinho. São Paulo: Civilização brasileira, 1995.

_____. O direito à cidade. Trad. de Rubens E. Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. 2ª ed. S. Paulo: Hucitec, 1997.

SAQUET, Marcos A. O território: algumas interpretações. Texto para debate no Seminário do doutorado. Presidente Prudente: UNESP, 2003.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Trad. de L. Motta. 4ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

VEIGA, José Eli. Cidades imaginárias. 2ª ed. São Paulo: Autores associados, 2003.

WANDERLEY, M. Nazareth B. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e o estudo preliminar sobre os pequenos municípios em PE. Recife: IFPE, 2001.